

A vocação universal à santidade: Uma releitura moral do Capítulo V da *Lumen Gentium*

*The universal vocation to holiness:
A moral reinterpretation of Chapter V of Lumen Gentium*

Luiz Henrique Brandão de Figueiredo

Resumo

A pergunta sobre o fim último da existência humana sempre motivou a reflexão filosófica e teológica. A razão natural poderia chegar à conclusão de que Deus nos cria para manifestar sua glória e comunicar a sua perfeição, mas somente por meio da razão iluminada pela fé é que podemos compreender que o ser humano é chamado à uma ordem sobrenatural. Sendo assim, ele é destinado em Cristo, por obra do Espírito Santo, a entrar na comunhão eterna com Deus, que comumente chamamos de santidade. Esta vocação de todos à bem-aventurança eterna tem sido objeto de anúncio desde o texto bíblico, perpassando toda a história depois de Cristo. Há 60 anos esse anúncio ressoou mais uma vez no texto da Constituição Dogmática *Lumen gentium* do Concílio Vaticano II. Por ocasião do aniversário de sua promulgação, nos propusemos a refletir sobre a vocação universal à santidade, considerando o papel da Teologia Moral na concretização deste chamado. Desejamos demonstrar os fundamentos desta vocação, a partir do texto conciliar, e afirmar como a moral católica está a serviço da santificação do homem de hoje.

Palavras-chave: Vaticano II. *Lumen gentium*. Santidade. Caridade. Teologia Moral.

Abstract

The question about the ultimate end of human existence has always motivated philosophical and theological reflection. Natural reason could reach the conclusion that God creates us to manifest his glory and communicate his perfection, but only through reason illuminated by faith can we understand that human beings are called to a supernatural order. Therefore, he is destined in Christ, by the work of the Holy Spirit, to enter into eternal communion with God, which we commonly call holiness. This vocation of everyone to eternal blessedness has been announced since the biblical text, throughout history after Christ. 60 years ago, this announcement has resounded once again in the text of the Dogmatic Constitution *Lumen gentium* of the Second Vatican Council. On the occasion of the anniversary of its promulgation, we set out to reflect on the universal vocation to holiness, considering the role of moral theology in realizing this call. We wish to demonstrate the foundations of this vocation, based on the conciliar text, and how Catholic morality is at the service of the sanctification of today's man.

Keywords: Vatican II. *Lumen gentium*. Holiness. Charity. Moral Theology.

Introdução

Em 2024, a Igreja no mundo inteiro comemorará os 60 anos da promulgação da Constituição Dogmática *Lumen gentium*, que versou sobre o mistério da Igreja. Esta ocasião especial nos dá ao menos

duas oportunidades. A primeira é a de revisitar este documento conciliar para ler o seu texto. O verdadeiro espírito do Concílio está nos textos de seus documentos e não numa esfera imaginária que pode facilmente se prestar a manipulações ideológicas. Por isso, devemos procurar cuidadosamente escutar o que neles os padres conciliares, *cum Petro et sub Petro*, nos quiseram transmitir. A segunda oportunidade é a de trazer à baila alguns elementos que, por alguma razão, não tenham recebido tanta ênfase depois do Concílio. Entre estes temas que não ocuparam a primeira linha de importância, parece estar a vocação à santidade.

O Decreto Conciliar *Optatam totius*, que tratou sobre a formação sacerdotal, se preocupou, entre outras questões, com a revisão dos estudos eclesiais, incluindo a Teologia Moral. Sobre esta parte da ciência sagrada, o apenas citado decreto conciliar fez uma importante asserção:

Ponha-se especial cuidado em aperfeiçoar a Teologia Moral, cuja exposição científica, mais alimentada pela Sagrada Escritura, deve revelar a grandeza da vocação dos fiéis em Cristo e a sua obrigação de dar frutos na caridade para vida do mundo.¹

Sabemos que a vocação universal de todo cristão é a santidade, como afirmou o texto da Constituição Dogmática *Lumen gentium*. Como a Teologia Moral deve revelar a grandeza desta vocação a fim de colaborar para que os fiéis cristãos deem fruto de caridade no mundo, nos propomos a fazer uma releitura moral do Capítulo V da Constituição sobre a Igreja a fim de tornar mais claro como a Moral pode colaborar na concretização desta vocação.

Apresentaremos, inicialmente, a gênese do texto da *Lumen gentium* e, em particular, do capítulo sobre a santidade. Em seguida, refletiremos sobre o conteúdo do Capítulo V, procurando compreender os fundamentos dogmáticos da vocação à santidade e em que ela consiste. Por fim, veremos como a Teologia Moral se coloca à serviço da realização desta vocação.

1. O texto da *Lumen gentium* e o capítulo sobre a santidade

Como todos os textos do Concílio Vaticano II, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* não chegou pronta na aula conciliar. Sua gênese e desenvolvimento passaram por uma série de etapas que inclui o capítulo V, texto que examinaremos com maior atenção. Ainda que brevemente, parece ser importante apresentar este percurso a fim de compreender melhor a parte da constituição conciliar sobre qual queremos refletir.

1.1. Gênese do texto conciliar e seu desenvolvimento

A discussão sobre o texto conciliar que deveria tratar sobre a Igreja perpassou todas as sessões do Concílio. Durante o período antepreparatório, foi pedida por parte de muitos “uma apresentação orgânica sobre a Igreja que completasse a Const. I de *Ecclesia* do Concílio Vaticano I *Pastor aeternus*.”² A fim de responder a este pedido, um esquema contendo 11 capítulos foi preparado pela Comissão *De doctrina fidei et morum*, que era presidida pelo Cardeal Ottaviani.

Este esquema, denominado *Schema Constitutionis dogmaticae de Ecclesia*, foi apresentado na primeira sessão conciliar, no ano de 1962, com a aprovação de São João XXIII, e discutido na aula conciliar. O esquema recebeu muitas críticas, pois seu conteúdo foi considerado abstrato e escolástico, deixando de lado as contribuições do magistério de Pio XII, que havia escrito ao menos dois documentos sobre a Igreja, *Mystici corporis* (1943) e *Mediator Dei* (1947). Recebeu críticas também dos movimentos de renovação que sugeriram, particularmente, no século XX.

Em virtude de tais críticas, no período entre as duas primeiras sessões, elaborou-se um novo esquema, que sofreu grande influência de outro que, informalmente, circulava durante a primeira sessão e que era de autoria de Gérard Philips, teólogo de Lovaina. Este novo projeto esquemático foi

¹ OT 16.

² VILLAR, J. R., A Constituição Dogmática *Lumen gentium*, p. 143.

apresentado e debatido durante a segunda sessão, no ano de 1963. O debate girou em torno do esquema geral, em primeiro lugar, e depois sobre alguns capítulos em particular.³ A partir dos frutos do debate, a supracitada comissão reviu o esquema e confiou a uma subcomissão, moderada por Philips, a redação do texto a ser apresentado aos padres conciliares.

Este texto foi apresentado e discutido na terceira sessão do Concílio, que tinha começado com um importante discurso de abertura feito por São Paulo VI, que dedicou grande parte de sua preleção à Igreja como Corpo Místico de Cristo e à relação entre o Papa e os bispos, ambos temas que tinham sido objeto de tensões. Após acolher as diversas emendas propostas ao longo das discussões, o texto foi aprovado, de maneira quase unânime, no dia 21 de novembro de 1964 e, então, Paulo VI, como cabeça do Colégio, aprovou o documento e ordenou a sua promulgação. Ao fim, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* ficou com oito capítulos.

Segundo J. R. Villar,

a ordem teológica interna da Constituição responde ao “ser” (mistério) da Igreja, à sua “estrutura” e à sua “missão”. Os dois primeiros capítulos formam uma unidade para descrever o “mistério na sua missão transcendente e na sua forma histórica. Ambos os capítulos, se completam com o capítulo V dedicado à santidade do povo de Deus; e com o capítulo VII sobre a consumação escatológica e a comunhão dos santos, e o lugar e função singular da Virgem Maria (VIII). Os capítulos sobre o ministério hierárquico (III), sobre os leigos (IV) e sobre os religiosos (VI), descrevem a estrutura orgânica – ministerial e carismática – da Igreja em ordem à sua missão. Pastores e fiéis – leigos e religiosos – realizam a missão, cada um segundo o seu modo específico.”⁴

1.2. O capítulo sobre a vocação universal à santidade

O tema da santidade no texto conciliar que, ao fim, levou o nome de *Lumen gentium*, não aparece explicitamente no primeiro esquema, apresentado na primeira sessão. O primeiro esboço continha um capítulo, *De statibus evangelicae perfectionis*, que, em seu bojo, incluiria o tema da santidade. Somente no segundo esquema, enviados aos padres conciliares no verão de 1963, é que vai aparecer textualmente a palavra santidade, no título do capítulo IV, “A vocação à santidade na Igreja.”⁵

O capítulo sobre a santidade nasceu “da preocupação de assegurar, ao lado dos sacerdotes e dos leigos, um lugar de honra aos religiosos, e de sublinhar a importância que a Igreja une à profissão dos conselhos evangélicos nas instituições oficialmente reconhecidas.”⁶ Como os mencionados conselhos não são de domínio exclusivo dos religiosos e só ganham seu significado mais profundo na aspiração universal à perfeição, pouco a pouco amadureceu-se a ideia de que o tema da santidade não poderia ficar restrito à vida consagrada, mas que deveria considerar também os demais estados de vida. Ao mesmo tempo, este desenvolvimento da reflexão não deixou de desgostar os religiosos, pois as considerações davam a impressão de minimizar o seu estado de vida.

Estas e outras críticas fizeram com que o já mencionado capítulo sobre a vocação à santidade na Igreja acabasse por ser dividido no esquema final, um capítulo deveria tratar da vocação universal à santidade e outro sobre os religiosos. Neste pequeno artigo, nos interessa refletir sobre a vocação universal à santidade, que se tornou o Capítulo V da Constituição *Lumen gentium*.

2. A vocação universal à santidade segundo a *Lumen gentium*

“A definição de santidade como vocação de todos é, sem dúvida, uma exposição dogmática importante”⁷ e, por isso, os padres conciliares quiseram dedicar um capítulo para colocar em evidência

³ VILLAR, J. R., A Constituição Dogmática *Lumen gentium*, p. 153.

⁴ VILLAR, J. R., A Constituição Dogmática *Lumen gentium*, p. 157.

⁵ PHILIPS, G., La chiesa e il suo mistero, p. 25.

⁶ PHILIPS, G., La chiesa e il suo mistero, p. 41.

⁷ PHILIPS, G., La chiesa e il suo mistero, p. 55.

esta verdade de nossa fé. Nesta altura de nosso texto, queremos colher algumas preciosas colaborações da Constituição sobre o tema da vocação à santidade.

2.1. A vocação à santidade na Igreja e sua universalidade

O capítulo sobre a vocação à santidade parte de uma importante afirmação: “A nossa fé crê que a Igreja, cujo mistério o sagrado Concílio expõe, é indefectivelmente santa.”⁸ Esta “santidade indefectível chega à Igreja de sua incorporação a Cristo,”⁹ que a amou “como esposa, entregou-Se por ela, para a santificar.”¹⁰ Isso significa que a santidade da Igreja não vem de si mesma, mas de Deus.

Por isso, podemos dizer que a compreensão da santidade no texto da *Lumen gentium* parte da ideia bíblica veterotestamentária de que só Deus, em sentido ontológico, é Santo, na verdade o Santo, o “único Santo.”¹¹ Deus é Santo não como um “ser intangível ou mesmo misteriosamente temível, mas como totalmente Outro, o Maior de todos.”¹² Esta sua santidade Ele a irradia na sua criatura, particularmente no ser humano, que deve responder a esta santidade com uma vida santa: “Sede santos, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo” (Lv 19,1). É no Novo Testamento, porém, que o que se sabe da santidade atinge o seu cume, pois o Filho de Deus, concebido pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, dá carne e osso a este conceito. Ele é o Santo (Lc 1,35; Mt 1,18), o Santo de Deus (Mc 1,24; Lc 4,34; Jo 6,69), e amou a Igreja, Sua esposa, a fim de santificá-la (Ef 5,25-26). Cristo se encarnou por todos e

a todos enviou o Espírito Santo, que os move interiormente a amarem a Deus com todo o coração, com toda a alma, com todo o espírito e com todas as forças (Mc 12,30) e a amarem-se uns aos outros como Cristo os amou (Jo 13,34; 15,12).¹³

Por isso, todos os seus membros, lavados pelo banho batismal da purificação, são chamados, desde a fundação do mundo, a serem santos e imaculados (Ef 1,4), ou seja, são chamados a viver de acordo com a santidade que receberam de Deus. Esta afirmação importante do Concílio evoca, portanto, a universal vocação de todos os fiéis cristãos à santidade, enfatizada duplamente, pela repetição da palavra “todos” ao se referir ao tema da santidade e pela evidente asserção: “É, pois, claro a todos, que os cristãos de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade.”¹⁴

Esta santidade não é, no entanto, fruto dos méritos pessoais ou das obras do cristão, como criticaram muitas vezes os protestantes. Como afirma o texto conciliar,

os seguidores de Cristo, chamados por Deus e justificados no Senhor Jesus, não por merecimento próprio, mas pela vontade e graça de Deus, são feitos, pelo Batismo da fé, verdadeiramente filhos e participantes da natureza divina e, por conseguinte, realmente santos.¹⁵

Neste sentido, o Concílio coloca acento, sobretudo, naquilo que podemos chamar de aspecto ontológico da santidade,¹⁶ ou seja, da santidade da Igreja toda e de cada um de seus membros, que é fruto da sua união com Deus, pelo batismo. Assim, em primeiro lugar, não aparece a ideia de uma santidade

⁸ LG 39.

⁹ GRANADOS, A., El “Misterio de la Iglesia” en el Concilio Vaticano II, p. 380.

¹⁰ LG 39.

¹¹ LG 39.

¹² PHILIPS, G., La chiesa e il suo mistero, p. 391.

¹³ LG 40.

¹⁴ LG 40.

¹⁵ LG 40.

¹⁶ GRANADOS, A., El “Misterio de la Iglesia” en el Concilio Vaticano II, p. 381.

conquistada pelo esforço pessoal. A santidade é, portanto, um dom de Deus e a vocação a ela é, assim, um apelo a viver como santos, como insiste São Paulo em suas cartas (Ef 5,3; Cl 3,12).

O cristão é, porém, um ser livre e sua resposta pode ou não estar de acordo com a santidade recebida. Por isso o Concílio afirma: “E porque todos cometemos faltas em muitas ocasiões (Tg 3,2), precisamos constantemente da misericórdia de Deus e todos os dias devemos orar: ‘perdoai-nos as nossas ofensas’ (Mt 6,12).”¹⁷ Sendo assim, uma vida segundo a vocação à santidade se constrói diariamente e “esta vida nova, recebida como uma semente, tem que desenvolver-se com uma dupla força,”¹⁸ a graça e o esforço próprio do cristão. Para o cristão, “é necessário, portanto, que, com o auxílio divino, conservem e aperfeiçoem, vivendo esta santidade que receberam.”¹⁹ Para alcançar tal escopo, todos os fiéis devem empregar

as forças recebidas segundo a medida em que as dá Cristo, a fim de que, seguindo as Suas pisadas e conformados à Sua imagem, obedecendo em tudo à vontade de Deus, se consagrem com toda a alma à glória do Senhor e ao serviço do próximo.²⁰

A este ponto impõe-se uma pergunta importante: se devemos viver de acordo com a santidade que recebemos no nosso batismo, em que consistiria, então, a santidade?

2.2. A santidade e a caridade

O fundamento da vocação à santidade é Cristo mesmo. Ele é “mestre e modelo divino de toda a perfeição.”²¹ Ao mesmo tempo, Cristo “pregou a santidade de vida, de que Ele é autor e consumidor, a todos e a cada um dos seus discípulos, de qualquer condição: ‘sede, portanto, perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito’ (Mt 5,48).”²² Diante da pergunta do jovem rico, “Tudo isso (os mandamentos) tenho observado. Que me falta ainda? (Mt 19,20),” Jesus respondeu: “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres, e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me” (Mt 19,21).

Seguir Jesus não é somente caminhar atrás dele em um caminho, mas configurar-se a Ele ao longo deste caminho. Isso significa que o jovem, e, por conseguinte todo cristão, deve seguir completamente Jesus, tornando-se perfeito em Cristo, como afirma São Paulo (Cl 1,28; Ef 4,13; Fl 3,15). Este fundamento cristológico faz com que a perfeição cristã, ou poderíamos dizer, a santidade, seja a perfeição na caridade, como afirma o próprio Concílio.²³ Jesus mesmo afirma que toda a lei e os profetas podem ser resumidos no duplo mandamento do amor (Mt 22,37-40) e acrescenta, sem hesitação:

eu vos dou um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros. Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns para com os outros (Jo 13,34-35).

“Caridade em Cristo mediante a virtude do Seu Espírito, este é o alfa e o ômega de toda santidade e perfeição.”²⁴ Destarte, “todos os fiéis se santificarão (...) se receberem tudo com fé da mão do Pai celeste e cooperarem com a divina vontade, manifestando a todos, na própria atividade temporal, a caridade com que Deus amou o mundo.”²⁵ A vivência da caridade é, portanto, fruto da conformação da própria vida à de Cristo, fazendo com que, por meio do amor, o cristão seja, de fato, um outro Cristo.

¹⁷ LG 40.

¹⁸ GRANADOS, A., El “Misterio de la Iglesia” en el Concilio Vaticano II, p. 389.

¹⁹ LG 40.

²⁰ LG 40.

²¹ LG 40.

²² LG 40.

²³ LG 40.

²⁴ PHILIPS, G., La chiesa e il suo mistero, p. 398.

²⁵ LG 41.

3. A vocação à santidade e a Teologia Moral

O capítulo da *Lumen gentium* sobre a santidade nos ofereceu um precioso fundamento para compreendermos a vocação universal de todos os fiéis. Impulsionados pelo apelo lançado no decreto *Optatam totius*, desejamos agora ver como a Teologia Moral pode cooperar para a concretização desta vocação em vista dos frutos de caridade que os cristãos devem produzir no mundo.

3.1. Ontologia, escatologia e moral

O conceito teológico de santidade cristã possui uma rica e complexa analogia semântica, basta vermos a quantidade de vezes os verbetes “santificação” e “santo/santidade” aparecem no Catecismo da Igreja Católica. Como já dissemos, no Antigo Testamento, a santidade constitui a característica própria do ser divino: ele é santo, *qadosh*, por sua radical separação e transcendência. O homem, particularmente representado pelo povo de Israel, deve viver segundo o modelo de santidade divina, participando dela, como “con-sagrado”.

No Novo Testamento esta ideia se repete e se amplia de modo que a santidade é vista como ligada ao Espírito Santo que, como dom messiânico, conduz o fiel a participar da santidade divina. Na economia neotestamentária a santidade é vista, de um lado, como dom de Deus que, por meio dos sacramentos, particularmente o batismo, une a si o fiel, o faz participante de sua santidade e, portanto, o faz santo. Por isso, os cristãos são designados “perfeitos” (1Cor 2,6; Fl 3,15), pois “foram purificados pela graça – princípio ontológico formal da vida dos fiéis – e enriquecidos com as virtudes cristãs.”²⁶

Esta acepção do conceito de santidade apenas descrita não coincide com o fim último da vida humana, mas a um dom divino inicial que configura o ser humano de um modo novo e que, por isso, poderíamos chamar de santidade ontológica. A santidade é, portanto, como o grão de mostarda da parábola (Mt 13, 31-32) que deve crescer e chegar a ser uma grande árvore que dá frutos para a vida eterna.

A expressão “vida eterna”, junto com “Reino de Deus” e “casa do Pai”, se refere ao cumprimento ou coroação de uma vida já iniciada neste mundo, isto é, a vida dos filhos de Deus que, por meio do batismo, participam de Sua santidade. Assim, a santidade ontológica projeta os fiéis em direção à santidade escatológica, que é o cumprimento último da santidade cristã. Os santos são chamados de bem-aventurados pois, ao longo de suas vidas cooperaram de tal modo para o desenvolvimento da graça de Deus que lhes foi dada no batismo que, após sua morte, puderam entrar na visão de Deus, no Seu conhecimento, naquela contemplação amorosa do Criador que é o termo, a perfeição, *teleía*, da vida cristã. Nas palavras de Jesus transmitidas por São João, “a vida eterna é esta: que conheçam a ti, o Deus único e verdadeiro, e àquele que tu enviaste, Jesus Cristo” (Jo 17,3).

Deus criou o homem à sua imagem e semelhança (Gn 1,26), o que significa dizer que o fez uma criatura dotada de liberdade e chamada a dar uma resposta livre ao seu Criador a fim de viver na comunhão com Ele. Dessarte, o caminho que leva da santidade ontológica até a escatológica não pode ser feito sem a participação do homem que, por meio de sua livre e consciente colaboração, responde ao chamado do seu Senhor. O cristão é chamado, portanto, a uma conduta santa, isto é, a uma santidade moral, que é a santidade no agir. Esta conduta “pressupõe o desenvolvimento da santidade inicial, mediante o agir bom e mesmo excelente, e se encaminha à sua consumação escatológica.”²⁷

3.2. A fé que opera através da caridade

A santidade moral, tarefa do cristão que deseja cooperar com o germe da graça de Deus, consiste no caminho para a casa do Pai. Este caminho tem Cristo como seu fim, sua norma e seu modelo, segundo as palavras do próprio Jesus: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai senão por mim” (Jo 14,6). A santidade cristã, na sua atuação terrena, consiste, portanto, no seguimento de Jesus,

²⁶ COLOM, E.; LUÑO, A. R., Escolhidos em Cristo para ser santos, p. 79.

²⁷ COLOM, E.; LUÑO, A. R., Escolhidos em Cristo para ser santos, p. 87.

ou dizendo de modo mais radical, na adesão à Sua Pessoa, compartilhando a Sua vida e o Seu destino, obedecendo livre e amorosamente à vontade do Pai.²⁸ Esta vontade, o Pai nos revelou em Seu Filho.

A encarnação de Jesus é a manifestação histórica de Deus e do Seu amor e esta manifestação está na origem e no fundamento da experiência de fé. Deus se doa e doa ao homem a possibilidade de viver em relação com Ele, e essa doação, que espera depois pela resposta do homem, está na base da vida cristã, da vida de fé.

Na teologia joanina a fé aparece como a resposta exigida diante da revelação de Deus Pai em Jesus Cristo. Depois da multiplicação dos pães os interlocutores de Jesus perguntaram-Lhe: “Que faremos para praticar as obras de Deus?” (Jo 6,28). Jesus então respondeu: “A obra de Deus é esta: que creiais naquele que Ele enviou” (Jo 6,29). Em primeiro lugar vemos que a resposta de fé é uma adesão à pessoa de Jesus, o enviado do Pai. Crer significa crer Nele, dar assentimento à Sua pessoa, confiar-se a Ele.²⁹ Como consequência, crer em Jesus significa deixar-se guiar por Suas palavras que, por meio do Espírito Santo, são atualizadas na vida dos fiéis.³⁰ Diante da pergunta dos judeus, Jesus não faz nenhuma exigência particular, não dita nenhuma lei específica a ser cumprida, não emana nenhum ditame pormenorizado sobre uma questão particular. Ele requer uma resposta de fé, que no fundo é uma ação moral, pois o que está em jogo é a decisão livre de crer como enviado do Pai.³¹

Por tudo isto, podemos dizer que seguir a Cristo neste caminho de santificação significa, de modo concreto, viver segundo as virtudes cristãs, isto é, as virtudes vividas e ensinadas pelas palavras e pelos exemplos de Jesus. Entre estas virtudes, adquirem particular relevância as teológicas – fé, esperança e caridade – e, entre elas, ocupa um primeiro posto a virtude da caridade.

Isto se dá, pois sendo a própria pessoa de Jesus o conteúdo da revelação, no qual o amor de Deus se revela e se encarna, o ato de crer coloca o crente no dinamismo do amor. Crer em Jesus é crer no amor que Dele recebemos e que a Ele, por meio da fé, respondemos. O discípulo crê no amor de Deus revelado, feito homem em Jesus Cristo e, crendo nesse amor, ele mesmo passa a ser motivado a amar. O discípulo é chamado a crer amando e a amar crendo.³²

Crer em Jesus é, portanto, assumir o princípio fundamental de sua vida, que pode ser resumido no cumprimento perfeito do duplo mandamento do amor, resumo de toda lei e os profetas. Crer, como resposta de fé, e amar, como atitude moral, são a mesma e única exigência ao discípulo de Cristo. Sendo assim, a santidade moral consistiria na livre adesão ao seguimento de Cristo, atuando na própria a vida a mesma caridade com que Ele nos amou.

3.3. A Teologia Moral a serviço da santidade

A partir do anúncio feito por Jesus e o convite à conversão e à santidade, em vista da comunhão definitiva com Deus na eternidade, os cristãos passaram a dar sua resposta pessoal a Cristo. Neste sentido, a vida dos fiéis sob a direção autorizada dos pastores é prévia a qualquer reflexão sistemática sobre qualquer tema, mesmo os que envolvem o dogma cristão. Antes de tudo e na raiz da reflexão teológica está a pessoa de Jesus e os acontecimentos que gravitam em torno Dele, entre os quais a vida de cada um dos cristãos e a da Igreja, enquanto comunidade dos fiéis. Só posteriormente é que estes fatos, confrontados com uma série de perguntas, provocaram uma reflexão e posterior sistematização de conteúdos específicos.

Sendo assim, a vida dos fiéis é prévia e a Teologia Moral é posterior, e consiste na sua compreensão científica e na sua exposição sistemática. Ela é um saber reflexivo que traz à luz a vida

²⁸ COLOM, E.; LUÑO, A. R., *Escolhidos em Cristo para ser santos*, p. 94.

²⁹ SCHNACKENBURG, R., *Il messaggio morale del Nuovo Testamento*, p. 216.

³⁰ SCHNACKENBURG, R., *Il messaggio morale del Nuovo Testamento*, p. 217.

³¹ SCHNACKENBURG, R., *Il messaggio morale del Nuovo Testamento*, p. 211.

³² A interessante circularidade entre fé e amor na teologia joanina é colocada em evidência por Bultmann no seu comentário sobre a 1Jo 3,15. Ele escreve: “a expressão *ἐν αὐτῷ μένουσαν* mostra que se o cristão além da fé não tem também o amor, pode perder o dom da *ζωὴν αἰώνιον* (vida eterna)” (BULTMANN, R., *Le lettere di Giovanni*, p. 96).

que nasce do nosso ser em Cristo, por meio do Espírito Santo, examinando-a constantemente por meio do seu princípio, que é a Revelação testemunhada pela Sagrada Escritura e pela Tradição.³³

A reflexão e a exposição sistemática do conteúdo moral da revelação sempre tiveram, ao longo da história da Igreja, o escopo de cooperar para que cada geração cristã, vivendo em lugares e momentos diferentes da história e confrontada com as mais diversas situações próprias de cada tempo e lugar, pudesse dar sua resposta de amor a Cristo, assimilando paulatinamente Sua vida, em vista da santidade consumada.

Como visto acima, a santidade cristã exige um caminho de seguimento de Jesus que leva cada fiel a configurar sua vida a Cristo, vivendo segundo as virtudes cristãs vividas e ensinadas pelas palavras e pelos exemplos do Filho de Deus feito homem. Quando olhamos para a Teologia Moral, podemos dizer que ela “não é outra coisa que uma explicação dessa realidade, dos seus pressupostos antropológicos, das suas implicações normativas e das suas modalidades de atuação.”³⁴ Sendo assim, esta parte da teologia se coloca a serviço do caminho de santificação, apresentando as categorias morais fundamentais que estão na base do agir moral cristão em vista da sua conformação ao Evangelho.

Ao longo da história, a exposição sistemática da Teologia Moral se deu de diversas formas, desde a moral das virtudes de Santo Tomás, passando pelas *Institutiones morales* e pela casuística, até chegar no século XX, a uma exposição articulada, normalmente, em torno dos dez mandamentos. A revisão dos estudos eclesiais proposta pelo Concílio, vista numa hermenêutica de continuidade, provocou, em sentido positivo, uma reestruturação desta exposição e, pouco a pouco, novos manuais tem surgido, tentando responder à provocação dos padres conciliares. Em última instância o que se quer é oferecer ao cristão hodierno um suporte reflexivo que ilumine sua inteligência prática a fim de que ele procure corresponder à sua vocação à santidade, por uma vida sempre mais conforme à de Cristo, tendo como fundamento do seu agir o amor recebido de Deus e este mesmo amor como critério de ação.

Conclusão

Da reflexão feita ao longo deste breve artigo, gostaríamos de apresentar duas conclusões. A primeira delas, é que se faz necessário organizarmos a missão e a pastoral da Igreja tendo como objetivo levar o povo de Deus à santidade.

Como em todas as épocas, a Igreja ouve ressoar o apelo de Cristo para que ela continue a missão de anunciar o Evangelho ao homem, convidando-o a dar sua resposta pessoal ao Senhor e a colocar-se num caminho de seguimento que o leve à comunhão feliz com Deus na eternidade. Diante deste desafio pastoral, devemos nos recordar o que São João Paulo II, no início do novo milênio, afirmou: “o horizonte para que deve tender todo o caminho pastoral é a santidade.”³⁵ Para isso, continua o Papa, “é preciso redescobrir, em todo o seu valor programático, o capítulo V da Constituição dogmática *Lumen gentium*, intitulado ‘Vocação universal à santidade.’”³⁶

Este programa pastoral sob o signo da santidade, recorda o Papa, não pode ser visto equivocadamente como um caminho extraordinário, ao qual somente alguns poucos são chamados. Na verdade, as sendas da santidade são para todos e cada um, em sua vocação pessoal, como lembrou o Concílio,³⁷ pode e deve progredir um caminho crescente de santificação. Movido pela mesma convicção, o Papa Francisco em um de seus documentos quis “fazer ressoar mais uma vez a chamada à santidade, procurando encarná-la no contexto atual,”³⁸ lembrando-nos, entre outras coisas, da santidade ao pé da porta que resplandece “no povo paciente de Deus: nos pais que criam os seus filhos com tanto amor, nos homens e mulheres que

³³ COLOM, E.; LUÑO, A. R., Escolhidos em Cristo para ser santos, p. 35.

³⁴ COLOM, E.; LUÑO, A. R., Escolhidos em Cristo para ser santos, p. 95.

³⁵ NMI 30

³⁶ NMI 30.

³⁷ LG 41.

³⁸ GE 1.

trabalham a fim de trazer o pão para casa, nos doentes, nas consagradas idosas que continuam a sorrir,”³⁹ ou seja, da santidade que todos podem e devem viver no ordinário de suas vidas.

Relendo a história é possível notar como foram sempre os santos que colaboraram de modo substancial para a renovação do mundo. Mais do que nunca, precisamos hoje de santos e, por isso, a atividade pastoral da Igreja deve mirar este objetivo e trabalhar em função dele. “É hora de propor de novo a todos, com convicção, esta ‘medida alta’ da vida cristã ordinária”⁴⁰ que é a santidade. Mesmo sendo a vocação ordinária de todo cristão, esta é uma meta alta e não podemos e nem devemos rebaixá-la, nivelá-la por baixo ou mesmo acomodá-la a padrões menos elevados que acabariam por desfigurá-la. Devemos, ao contrário, fazer resplandecer a sua beleza, tornando-a atraente, desejável. Precisamos apontar este alto cume da vida cristã e colaborar para que todos os cristãos possam caminhar nesta direção e se aproximarem o máximo possível deste ideal.

Daqui surge uma segunda conclusão, que diz respeito à importância de redescobirmos o valor e o lugar da Teologia Moral neste programa pastoral que mira a santidade, como um meio de colaborar com o caminho de santidade dos nossos irmãos. Como vimos, a Teologia Moral, tendo como fonte a revelação, deseja ser uma sistematização da vida cristã em torno das categorias fundamentais que colaboram com o livre agir do fiel em vista da sua “cristoconformação.” Dessarte, seu estudo e sua correta apresentação são um meio importantíssimo para ajudar o cristão a escolher o melhor, a vida boa, a vida virtuosa, que lhe permita seguir Jesus e configurar a sua vida à Dele. Para isso, cremos ser necessário que a Teologia Moral seja conhecida na sua profundidade e apresentada na sua beleza e na sua função ministerial, a fim de ser superada uma visão distorcida que a confunde, com certa frequência, com um moralismo estéril.

A fim de alcançar este objetivo, faz-se mister que, sobretudo, os ministros ordenados, primeiros responsáveis pelo anúncio da fé e da moral, estudem mais profundamente a moral católica e a ela sejam fiéis, sendo eles mesmos os primeiros testemunhos da sua colaboração no caminho de santificação. Além disso, os ministros ordenados devem servir à formação da consciência do povo cristão valendo-se de todos os meios disponíveis: a instrução formativa, a catequese, a homilia etc. Soma-se a estas iniciativas, a celebração individual do sacramento da penitência, momento ímpar para cooperar na santificação dos fiéis.

O acesso ao conhecimento da Teologia Moral não deve ficar restrito aos ministros ordenados, mas devemos dar também a todo povo cristão a possibilidade de conhecer melhor e mais profundamente a exposição moral católica, ao menos os seus elementos fundamentais, a fim de que ela sirva às consciências individuais no caminho da santificação. Isto poderia ser feito por meio do estudo do Catecismo da Igreja Católica, que dedicou a III parte, intitulada “A vida em Cristo”, para apresentar um compêndio da moral católica.

Ao fim e ao cabo, não podemos deixar de fazer ressoar no coração do homem do nosso tempo este chamado à santidade, razão última de sua realização e de sua felicidade. Ou santos ou nada!

Referências Bibliográficas

BULTMANN, R. **Le lettere di Giovanni**. Commentario teologico del Nuovo Testamento XIII/3, Brescia: Paideia, 1977.

COLOM, E.; LUÑO, A.R. **Escolhidos em Cristo para ser santos**. Moral fundamental. São Paulo: Quadrante, 2016.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática *Lumen gentium***. Sobre a Igreja. Mensagens, discursos, documento. Paulinas: São Paulo, 2011, p. 185-244.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto *Optatam totius***. Sobre a formação sacerdotal. In: Mensagens, discursos, documento. Paulinas: São Paulo, 2011, p. 314-328.

FRANCISCO, PP. **Exortação Apostólica *Gaudete et exsultate***. Sobre a chamada à santidade no mundo atual. Brasília: Edições CNBB, 2018.

³⁹ GE 7.

⁴⁰ NMI 31.

GRANADOS, A. **El “Misterio de la Iglesia” en el Concilio Vaticano II**. Comentario a la Constitución Dogmática *Lumen Gentium*. Madrid: Rialp, 1965.

JOÃO PAULO II, PP. **Carta Apostólica *Novo millennio ineunte***. No termo do grande jubileu do ano 2000. São Paulo: Paulinas, 2001.

PHILIPS, G. **La Chiesa e il suo misterio**. Storia, testo e commento della *Lumen gentium*. Milano: Jaca Book, 1975.

SCHNACKENBURG, R. **Il messaggio morale del Nuovo Testamento**. I primi predicatori cristiani. Supplementi al commentario Teologico del Nuovo Testamento, Volume II. Brescia: Paideia, 1990.

VILLAR, J. R. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In: HACKMANN, G. L. B.; AMARAL, M. S. (Orgs.). **As Constituições do Vaticano II ontem e hoje**. Brasília: CNBB, 2015. p. 141-199.

Luiz Henrique Brandão de Figueiredo

Doutor pelo Departamento de Teologia da Universidade Lateranense (Roma – Itália)

Docente do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia/GO – Brasil

E-mail para contato: luizbf1@hotmail.com

Recebido em: 09/10/2023

Aprovado em: 05/12/2023